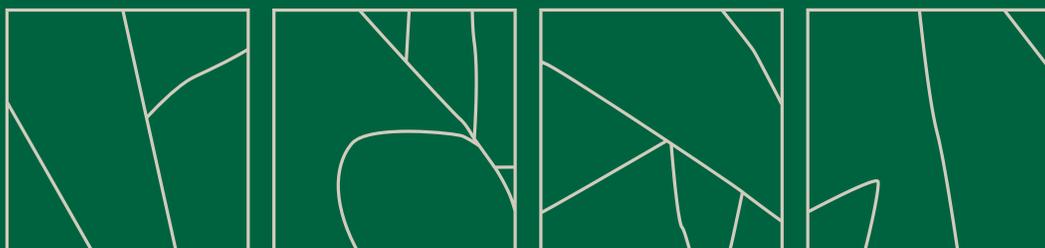
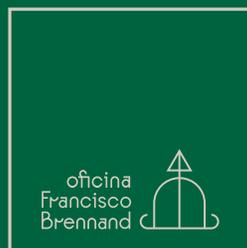
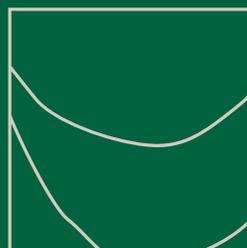


O CANAVIAL: OFICINA  
FRANCISCO BRENNAND,  
MUSEU-PLANTATION  
E NATUREZA NO  
*PLANTATIONOCENO*

José Guilherme Pandolfi



# ARTES, MUSEUS E ANTROPOCENO

COORDENAÇÃO Ariana Nuala  
Gleyce Kelly Heitor  
Henrique Falcão  
Nayara Passos  
Jamille Barros

ORIENTADOR Hugo Menezes Neto

INTERLOCUTORES Alexandro Silva de Jesus  
Ana Cláudia Rodrigues  
Camila Santos  
José Jorge de Carvalho  
José Marcelo Marques Ferreira  
Rita Vênus

BOLSISTAS RESIDENTES Igor Guilherme Carneiro da Silva  
José Guilherme Pandolfi  
Suzan Araújo

DIAGRAMAÇÃO Filipe Aca

# SUMÁRIO

- 5** A IMAGEM DO CANAVIAL
- 8** PROBLEMAS DE DEFINIÇÃO: ANTROPOCENO, CAPITALOCENO E *PLANTATIONOCENO*
- 10** A ERA DA *PLANTATION*
- 20** POTÊNCIAS E LIMITES DO MUSEU-*PLANTATION*
- 27** ATEAR FOGO AO CANAVIAL
- 28** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



# O CANAVIAL: OFICINA FRANCISCO BRENNAND, MUSEU-PLANTATION E NATUREZA NO PLANTATIONOCENO

José Guilherme Pandolfi<sup>1</sup>

*As monsters, can we demonstrate another order of signification? Cyborgs for earthly survival!*

Donna Haraway

## A IMAGEM DO CANAVIAL

No coração de um trecho de 30 mil m<sup>2</sup> de Mata Atlântica, no bairro da Várzea, Recife, projeta-se um museu à beira do colapso ambiental. A Oficina Francisco Brennand é um espaço de exposição e preservação da obra de seu fundador, um dos mais emblemáticos artistas plásticos do Nordeste brasileiro. Francisco Brennand assina a autoria de um acervo que conta com mais de três mil obras, as quais se espalham por diversas partes do Brasil e do mundo. O grosso de sua produção, contudo, concentra-se na Oficina, esse espaço místico assentado em plena Mata da Várzea. Incrustada no território ancestral da floresta e margeada pelo Rio Capibaribe, a Oficina é perpas-

---

<sup>1</sup> Graduado na Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe).

sada pela natureza por todos os ângulos e é, em si, por ela constituída. Por entre as frestas, sob as pesadas placas de cerâmica e por cima dos muros ornados, as plantas irrompem, crescendo com seus caules inesperados através da paisagem ruínosa. Esse cenário surreal é povoado por esculturas de animais: cobras, lagartos, pássaros, tartarugas. Todos esses ovíparos (o artista, bem se sabe, tinha um fascínio pela forma do ovo, chegando a dedicar-lhe um templo na área central da Oficina) rastejam, correm e voam pelo museu, saídos da terra ou empoleirados no topo das altas muralhas.

Em que pese esse aspecto bucólico, quem visita a Oficina (acessível somente através de uma estrada de barro de dois quilômetros que corta a floresta) há de estranhar o fato de que grande parte da exuberante natureza que a rodeia se trata de mata recente, reflorestada. Isso porque, até o fim do século XIX, o território onde hoje é o museu era ocupado por um engenho de cana-de-açúcar.<sup>2</sup> A *plantation* de cana é um fator estruturante da sociedade do Nordeste do Brasil e teve na Zona da Mata pernambucana um de seus epicentros históricos. Nesse sentido, condicionou uma série de aspectos da formação social no estado, como a consolidação de uma elite açucareira à qual os antepassados de Francisco Brennand se associaram ao emigrarem da Inglaterra e se instalarem em Pernambuco (Brandão, 2016). As conexões estreitas entre o patrimônio do clã e a açucarocracia são ostensivas. Exemplo disso é que o Engenho Santos Cosme e Damião, herdado pelo pai de Francisco, é a propriedade que deu lugar, em 1971, ao ateliê do jovem artista da família: a Oficina Brennand.

O imaginário da monocultura de cana não escapa da obra do artista. Marca presença, sobretudo, em um mural produzido em 1961, por ocasião da inauguração do Museu do Açúcar (hoje, a obra se encontra no Museu do Homem do Nordeste). O painel, intitulado *O canavial*, retrata uma série de pés de cana em fila, com folhas volumosas e raízes mirradas. No estilo do artista, os roletes dão impressão de movimento: parecem dançar com um ritmo próprio, chacoalhando as folhas-cabeleiras. Junto à coreografia, os colmos coloridos selam o tom da obra: positivo; elogioso, até. A produção brennan-

---

<sup>2</sup> A propriedade onde se encontra o museu, até hoje, chama-se Cosme e Damião, em referência ao engenho homônimo.

diana nunca escondeu uma boa dose de admiração pela narrativa oficial da história de Pernambuco. A mitologia heroica do estado, cara às elites, é chancelada por obras como o mural *Batalha dos Guararapes* e o obelisco em homenagem aos quatro líderes da Insurreição Pernambucana (1645-1654). Nesses anais, a cana-de-açúcar assume as vezes de protagonista heroica, motor da economia do estado e fonte de riqueza da terra.

O que *O canavial* de Brennand não permite ver, porém, é o papel devastador da *plantation* de cana na natureza e na sociedade. Essa questão vem animando debates que vão desde as ciências humanas até a biologia, passando pela ecologia e pelos estudos agrários. Ensejados pelo cenário de colapso ecológico que enfrentamos, diversos pesquisadores têm discutido a terminologia mais profícua para definir o atual momento que combina crise climática, devastação ambiental e debacle social. Nesse bojo, uma parcela de pesquisadores (Ferdinand, 2022; Wolford, 2020; Murphy & Schroering, 2020; Haraway et al., 2016) propõe o termo *Plantationoceno* para definir uma era de ruína ecológica cujas origens podem ser encontradas no sistema capitalista, que articula colonialismo, monocultura e “escravização multiespécies” (Haraway & Tsing, 2019).

Assim, a Oficina Francisco Brennand desponta como um *locus* privilegiado para pensar a relação entre *plantation* e crise ambiental, bem como a posição da instituição museal diante desse cenário. Foi imbuída desse espírito que a Oficina deu início a um projeto de pesquisa chamado *Artes, Museus e Antropoceno*, dentro do qual o presente trabalho se insere. Dessa maneira, o artigo que o leitor tem em mãos pretende analisar os usos e o potencial do conceito de *Plantationoceno* a partir de seu marco teórico. Além disso, buscará investigar as possibilidades de atuação da Oficina Francisco Brennand nessa “era da *plantation*”, levando em consideração as marcas históricas do território, que já foi engenho de cana-de-açúcar. Para tal, amparar-se-á em uma discussão bibliográfica sobre o tema e na análise de uma parcela do acervo do museu.

## PROBLEMAS DE DEFINIÇÃO: ANTROPOCENO, CAPITALOCENO E *PLANTATIONOCENO*

Cunhado pelos químicos Paul Crutzen e Eugene Stoermer em 2000 (Crutzen & Stoermer, 2000), o termo *Antropoceno* busca dar conta de uma nova época geológica caracterizada pela ingerência humana no planeta. Segundo os adeptos dessa concepção, as ações humanas imprimiram uma marca indelével na Terra, a ponto de já se distinguir uma camada estratigráfica correspondente a elas. A acidificação dos oceanos, o derretimento das geleiras, o aquecimento global, o aumento vertiginoso da emissão de gases do chamado efeito estufa, a contaminação química dos solos e lençóis freáticos: todos são sintomas de uma época geológica que suplantou o Holoceno (iniciado após a última glaciação, cerca de 12 mil anos atrás) e inaugurou a *Human Epoch* (segundo o chavão da revista científica *Nature*).

A realidade do Antropoceno, contudo, não é consenso no campo da geologia. Desde sua proposição até os IGCs (*International Geology Congress*) mais recentes, a comunidade de geólogos ainda não conseguiu construir um acordo sobre a verificabilidade do conceito. Enquanto uma parcela dos cientistas defende seu uso, outra afirma que ainda é cedo e não há vestígios estratigráficos suficientes para decretar o fim do Holoceno. Isso não quer dizer, porém, que a comunidade científica internacional negue o impacto da ação humana sobre a natureza. Os aspectos do colapso ambiental que vivemos são aceitos e sua causa antrópica é plenamente reconhecida por cientistas de todo o mundo; o que se questiona nos círculos de geólogos é se essa ação realmente produziu uma nova camada no solo terrestre.

Se ainda não é amplamente aceita pelo campo das ciências “duras”, a categoria Antropoceno já é largamente empregada pelas ciências humanas, que têm como objetivo pensar as facetas sociais, culturais, políticas e econômicas da experiência coletiva (embora desigual) de colapso civilizacional. Sociólogos, antropólogos, geógrafos e até mesmo historiadores tratam do Antropoceno a partir dos cabedais teóricos de sua respectiva área. Nesse sentido, o antropólogo Bruno Latour defende que o termo fun-

cione como um “grito de alerta” (2020b), um evento-limite que deve fazer a humanidade repensar sua relação com a natureza. Por isso, Latour é um pioneiro do chamado “giro ontológico” da antropologia, que propõe um questionamento das categorias que separam humano e natural.

Não obstante, aqueles que se debruçam sobre as miudezas do conceito não raro apontam inconsistências na terminologia. O alvo das críticas costuma ser o radical *antropo* (do grego, “homem” ou “humano”), o qual sugere uma humanidade homogênea como responsável pela emergência ambiental. Sem ser matizado, esse *antropo* dá a entender que todos os seres humanos são coculpados pelo estado atual de coisas na natureza. Em diálogo com Anna Tsing, a filósofa Donna Haraway argumenta que o termo, apesar de ser de fácil uso pelos cientistas da natureza, ainda indica um caráter de ação de espécie (*act of species*), e não de construção histórica e social. Haraway sustenta: “Essa não é uma ação de espécie; é uma série de conjunturas historicamente situada; e eu acredito que, até hoje, o termo Antropoceno faz com que seja mais difícil, e não mais fácil, para as pessoas entenderem isso” (Haraway & Tsing, 2019, p. 5, tradução nossa).

Ao contrário do que o termo Antropoceno pode apontar, a responsabilidade pela degradação ambiental é desigualmente distribuída. Historicamente, os principais culpados são os grandes conglomerados empresariais, os latifundiários e os países do Norte global, todos operando sob a mesma lógica mercantil do capitalismo. Nesse sentido, o historiador Jason Moore (2017) critica o Antropoceno por ser um conceito a-histórico e propõe uma terminologia alternativa. Para Moore, as origens da crise ambiental podem ser encontradas na gênese histórica do capitalismo, que revolucionou a relação da sociedade com o ambiente, subsumindo a natureza a padrões de poder e capital. Por isso, o autor defende o uso do termo Capitaloceno, com o fito de sublinhar o papel central do capitalismo no engendramento do colapso ecológico. O Capitaloceno, assim, busca explicar nossa crise atual com base na economia política dos mercados e na lógica de extração de lucro e expropriação do trabalho não só de humanos, mas também de atores não humanos que compõem, juntos, a natureza.

Se é bem sucedido em historicizar a crise ambiental a partir da análise da materialidade das relações sociais, o conceito de Capitaloceno ainda não é suficiente para parte dos teóricos. Nesse ambiente de ricas proposições de novas terminologias, Haraway (2016) cunhou o termo-chave deste trabalho: *Plantationoceno*.

## A ERA DA PLANTATION

Em 2014, a Universidade de Aarhus, na Dinamarca, promoveu um ciclo de debates entre especialistas de diversas áreas acerca do conceito de Antropoceno. Fruto dessa iniciativa, o diálogo *Anthropologists are talking about the Anthropocene* (2016), publicado na revista científica *Ethnos*, reuniu grandes nomes da geografia, da antropologia e da biologia para debater os usos do termo. A certa altura da discussão, enquanto o grupo abordava o trabalho de Noboru Ishikawa sobre a *plantation* no Sudeste Asiático, Donna Haraway dispara: “Talvez devêssemos propor uma palavra diferente para sinalizar isso? O *Plantationoceno*? Talvez este seja um termo melhor, mais descritivo?” (Haraway et al., 2016, p. 556, tradução nossa).

Ao advogar pela adoção do termo *Plantationoceno*, Haraway concentra seu argumento em dois aspectos fundamentais do sistema de *plantation*: a simplificação dos ecossistemas e o transporte de genomas. Enquanto modo de produção baseado na monocultura, a *plantation* remove ecossistemas tradicionais, baseados na diversidade multiespécie, e os substitui por um único gênero comercialmente rentável. Assim, estimula a proliferação desproporcional de uma espécie ao mesmo tempo em que reduz drasticamente a reprodução de outras, provocando um agudo desequilíbrio ambiental e submetendo as plantas a uma rigorosa disciplina do trabalho. Essa operação é responsável pela queda vertiginosa da biodiversidade e consequente vulnerabilização das espécies a doenças e pragas. Aliado a isso está o fato de que o gênero das plantações normalmente é estranho ao ecossistema no qual é plantado, devido à conexão histórica entre a *plantation* e o emergente mercado mundial (Haraway & Tsing, 2019).

O transporte de plantas abre caminho, também, para o transporte de patógenos e pragas, os quais encontram na monocultura uma vultosa fonte de energia disponível. Esse quadro leva, mais cedo ou mais tarde, à proliferação de doenças que podem causar a destruição da própria plantação, em um movimento de autoexterminio que se inscreve como a consequência inevitável da lógica da *plantation*.

Na história da *plantation* açucareira em Pernambuco, é possível encontrar casos concretos que ajudam a explicar esse movimento. No início do século XIX, foi introduzido um novo cultivo de cana-de-açúcar no país: a cana caiana, mais rentável que a tradicional cana crioula. A caiana se espalhou rapidamente e já no meado do século havia se tornado a principal variedade usada no cultivo. No entanto, essa auspiciosa inovação se revelou mais vulnerável às epidemias de gomose que assolaram o Nordeste na segunda metade do século (org. Holanda, 2004). Causada por uma bactéria, a gomose recebe esse nome porque faz exsudar das plantas infectadas uma substância amarelada, de aspecto viscoso, denominada goma, que logo leva a hospedeira à morte. Em uma época anterior ao advento dos antibióticos, a gomose devastou os engenhos de cana caiana em Pernambuco. Foi o golpe decisivo em uma lavoura já moribunda, às vésperas de ser renovada pelas industriosas e modernas usinas. Esse quadro histórico nos remete, brevemente, à obra brennandiana, agora com novas perspectivas: é possível que os alegres colmos do *Canavial*, amarelados e coloridos, estivessem irremediavelmente acometidos pela goma fatal? Quiçá a festa da cana escondesse uma marca feroz da *plantation*.

Haraway ainda iria sofisticar suas proposições sobre o *Plantationoceno*, em diálogo com outros especialistas. Sua tese do transporte de genomas, acima explicada com o exemplo dos patógenos, se aplica também para pessoas e outras espécies de animais, além de plantas e microrganismos. O trabalho forçado é uma das características fundamentais da *plantation*, e sua exploração se dá por meio da remoção forçada de grandes contingentes populacionais, sejam povos originários expulsos de sua terra ancestral, sejam populações forçosamente sequestradas de seu local de origem para serem transformadas em força de trabalho.

Dessa maneira, as teorizações incipientes sobre o *Plantationoceno* partem da noção de que a *plantation* é um sistema de “escravização de plantas”, para Ishikawa (2016); de “escravização multiespécies”, para Haraway (2019); ou de interseção entre a simplificação ecológica, a disciplina das plantas e a disciplina do trabalho, para Tsing (2019). Nesse debate, porém, novas pesquisas têm avançado na conceitualização do termo, destacando-se ao propor a centralidade da análise racial.

Nesse movimento se insere o trabalho recente de Michael Murphy e Caitlin Schroering (2020), no qual propõem uma análise do sistema-mundo centrada na raça como ferramenta crucial para entender o *Plantationoceno*. Para esses autores, a teorização incipiente do termo, elaborada por Haraway em diálogo com outros especialistas, falha ao não contemplar o papel desempenhado pela raça e pela colonialidade. Murphy e Schroering reconhecem que a ideia da *plantation* como um sistema de “escravização multiespécies” contribuiu para o rompimento com o antropocentrismo e com a dicotomia natureza/cultura. Além disso, para eles, centrar a discussão na *plantation* localiza as origens da crise ecológica não na Revolução Industrial europeia, com sua explosão demográfica e seus combustíveis fósseis, mas na colonização, na escravização e na conformação de um sistema-mundo capitalista.

No entanto, ainda segundo os autores, o aparato teórico elaborado por Haraway e seus colegas pode ser perigoso ao tratar a *plantation* como um espaço de disciplinamento multiespécies sem matizar as dinâmicas raciais e coloniais que constituem esse sistema. Não tratamos aqui, por óbvio, de um sistema que submete diversas formas de vida à exploração do trabalho de maneira *indiferenciada*; pelo contrário, o padrão de poder inaugurado com a era colonial encontrou na *plantation* uma expressão das novas hierarquias raciais que passaram a estruturar a divisão do trabalho. Além disso, as análises preambulares sobre o *Plantationoceno* negligenciam o projeto de dominação da branquitude europeia, que se deu por meio da produção de um Outro racial/cultural, do qual a expansão global da *plantation* foi um corolário. Tendo isso em vista, Murphy e Schroering argumentam que “o *Plantationoceno* perde muito de sua potência como conceito se não for associado a processos coloniais de diferenciação e dominação racial ao redor do planeta” (2020, p. 404, tradução nossa).

Com essa posição concorda o martinicano Malcom Ferdinand. Em obra recentemente editada no Brasil (2022), Ferdinand propõe uma *ecologia decolonial* pensada a partir da realidade caribenha. Para o autor, o Caribe – com seu histórico de exploração colonial, por um lado, e de devastação ambiental, por outro – é um espaço privilegiado para contestar o que batizou de *dupla fratura da modernidade*. Essa dupla fratura é a conjunção de uma fratura ambiental, que opõe homem a natureza (uma concepção presente no pensamento ocidental desde, ao menos, Aristóteles, mas mundializada a partir da expansão colonial europeia), e de uma fratura colonial, que racializa e inferioriza o Outro não europeu, em oposição ao ideal do homem branco. Essas duas cisões fundamentais da modernidade, apesar de terem a mesma origem – o colonialismo –, aparecem como fenômenos desassociados entre si. A dupla fratura opera, então, precisamente na separação entre essas duas dimensões, gerando tanto um movimento ambientalista despreocupado com a luta anticolonial quanto um movimento antirracista desconfiado da luta ambiental, encarada como pauta dos colonizadores. Para o autor,

Ao deixar de lado a questão colonial, os ecologistas negligenciam o fato de que as colonizações históricas, bem como o racismo estrutural contemporâneo, estão no centro das maneiras destrutivas de habitar a Terra. Ao deixar de lado a questão ambiental e animal, os movimentos antirracistas e pós-coloniais passam ao largo das formas de violências que exacerbam a dominação de pessoas escravizadas, colonizados e mulheres racializadas (Ferdinand, 2021, p. 25-26).

O ponto de partida dessa degradação ambiental e social é, para Ferdinand, o *habitar colonial*. Batizado pelo autor, o termo busca contemplar uma maneira violenta e destrutiva de habitar a Terra inaugurada pela colonização das Américas. O habitar colonial tem como princípio a dependência geográfica e ontológica da colônia em relação à metrópole, a exploração da natureza para fins comerciais e o altericídio, isto

é, a recusa de habitar com o Outro não cristão. Esses princípios são consubstanciados nas formas que assume o habitar colonial, a saber, a propriedade privada, a *plantation* e a escravização. A expressão *habitar colonial*, então, dá conta da remoção violenta de modos de vida ameríndios e da subsequente implantação, em seu lugar, de um outro padrão de ocupação, cujos pressupostos racialistas e antropocêntricos forneceram as bases materiais e ideológicas para o estabelecimento de uma nova era na história das relações entre humanos e natureza.

Ao sugerir uma terminologia para essa nova era, Ferdinand contribui ricamente para o debate sobre o *Plantationoceno*. Por um lado, defende o uso do termo, sobretudo para destacar o que chamou de *matricídio*: a extinção da relação maternal entre os ameríndios e a terra, e sua substituição pelo habitar colonial. Para o autor, falar em *Plantationoceno* diz respeito sobretudo à “globalização do habitar colonial na Terra” (2022, p. 62) e à “subordinação do mundo à *plantation*” (ibidem), assinalando que os matricídios dessa era provocaram rupturas paisagísticas (relativas ao desmatamento), biodiversitárias (relativas à simplificação ecológica) e metabólicas (relativas às trocas metabólicas desiguais entre campo e cidade, que causam o empobrecimento do solo). Por essas razões, Ferdinand afirma que o termo cunhado por Donna Haraway e Anna Tsing é o mais adequado para pensar o atual estado de colapso ambiental, nos níveis material, econômico, geográfico, político e também cosmopolítico.

Contudo, o autor propõe um novo termo para focalizar a dimensão racial do *Plantationoceno*. Baseado na etimologia da palavra francesa *nègre* (uma designação pejorativa para as pessoas negras), Ferdinand cunha a expressão *Negroceno*, que seria, segundo ele, uma outra face do *Plantationoceno*. Esse neologismo é empregado com a intenção de sublinhar a *política do porão*, ou seja, a maneira como o porão do navio negreiro, pedra angular da colonização e da modernidade, é um símbolo da alienação dos sujeitos racializados. A colonização, para Ferdinand, põe o negro para *fora* do mundo. Trata-se de uma “engenharia de seres separados de seus pertencimentos ancestrais, da terra que cultivam, da natureza com a qual convivem e do mundo que percorrem” (2022, p. 78). Os porões dos tumbeiros dão à luz uma ordem social

e ecológica que produz, em larga escala, os *nêgres*: mulheres, pessoas racializadas, trabalhadores, prisioneiros; em suma, todos aqueles que restam excluídos no estabelecimento do regime colonial e vulnerabilizados diante das catástrofes ecológicas. *Plantationoceno* e *Negroceno* são, dessa forma, nomes diferentes para um mesmo fenômeno estruturado pelo habitar colonial, encarado a partir de focos distintos.

Aníbal Quijano (2005) já nos mostrara que a expansão colonial europeia deu início a um padrão específico de poder que não se esgotou com a experiência colonial clássica, mas se reproduz globalmente até hoje. Trazer a *plantation* para o centro da discussão ecológica atual, dessa forma, remete-nos a esse tipo de padrão continuamente reiterado ao longo dos séculos. Todavia, assim como a colonização, a *plantation* não é uma estrutura estanque e a-histórica, mas sim dinâmica – e, como tal, sofreu rupturas e continuidades em seu processo histórico. A *plantation* açucareira da capitania de Duarte Coelho certamente difere, ao menos em forma, das modernas *plantations* de dendê no Sudeste Asiático, ou mesmo da reluzente usina de açúcar. Essa elasticidade, à primeira vista, pode levar a crer que as conexões entre *plantation* e crise ambiental não são tão profundas quanto de fato são. Nesse sentido, o trabalho de Wendy Wolford (2021) propõe uma divisão sobremaneira didática para exemplificar os modos como o sistema de *plantation* condicionou e continua a condicionar a destruição ambiental. Wolford utiliza métodos de distintos campos do conhecimento (estudos agrários, estudos críticos do desenvolvimento e ecologia política) para destrinchar a *plantation* como ordem social, como imperativo do sistema-mundo e como paradigma ideológico.

## *Plantation* como ordem social

O primeiro aspecto da *plantation* explorado por Wolford é o social. A autora se preocupa em alinhar de que maneira o sistema de plantação estruturou padrões de sociabilidade, relações interpessoais e comunidades ao redor do mundo. A esse respeito, podemos resgatar as contribuições de Haraway quanto à importância dos deslocamentos forçados no funcionamento dessa estrutura. A *plantation* obrigatoriamente realiza uma remoção forçada de um tipo de organização social autóctone e sua subs-

tituição por um padrão diverso, calcado no autoritarismo e na violência e alinhado com as emergentes relações de trabalho capitalistas. O extermínio social do *status quo ante* não raro vem acompanhado do genocídio puro e simples das populações originárias, da expropriação de suas terras ou da violência simbólica que constitui um verdadeiro etnocídio. Os contingentes populacionais trazidos de fora, em sua maioria africanos, para compor a força de trabalho na *plantation*, por sua vez, são submetidos a uma disciplina de trabalho extenuante, a qual, de acordo com Sidney Mintz (2010), viria a servir de modelo para a moderna disciplina de trabalho fabril.

No interior da *plantation*, as relações sociais são marcadas pela rígida hierarquia, pelo autoritarismo e pela violência. Wolford vê o Nordeste açucareiro como “microcosmos” de um sistema-mundo mais amplo em que essas características são ostensivas: “comunidades de *plantation* eram estratificadas por relações de trabalho racializadas e altamente hierarquizadas, orientadas ao redor da Casa Grande e das senzalas que foram relutantemente transformadas em moradia para trabalhadores ‘livres’ no fim do XIX” (2021, p. 6, tradução nossa). Mesmo com o fim da escravidão legal, o sistema de *plantation* continuou explorando formas diversas de trabalho forçado. A esse respeito, José Marcelo Ferreira Filho (2020), ao analisar a espacialidade da *plantation* açucareira em Pernambuco, arrazoia que sua arquitetura territorial a torna um espaço concentracionário, isto é, um espaço que, mesmo sem a coação judicial ou legal, ativamente concentra os trabalhadores, os quais gozam de uma “liberdade contingente”.

A violência contida na empresa colonial, da qual a *plantation* é simultaneamente constituinte e constituída, dá início a uma hierarquização racial que submete as populações racializadas (sobretudo indígenas e negros, na América Latina, mas não só) a condições de vida estruturalmente mais precárias até hoje. Não nos pode parecer coincidência, assim, que os mais afetados pela devastação climática sejam precisamente os povos racializados do Sul global. A dinâmica perversa de expropriação, deslocamento forçado e extração de mais-trabalho característica da *plantation* desempenha um papel histórico crucial na vulnerabilização das populações que, hoje, amargam as mais duras penas impostas pela emergência ambiental.

## Plantation como imperativo do sistema-mundo

Além de estruturar um determinado modelo de sociabilidade e de comunidade baseado na violência e na hierarquia racial, a *plantation* também aparece, para Wolford, como um imperativo histórico, “um modo de expansão, produção e dominação que deu à luz o sistema-mundo como o conhecemos hoje” (2021, p. 7, tradução nossa). A autora argumenta que, no decorrer da expansão colonial, as terras da América foram tomadas pelos invasores europeus e submetidas a um regime de propriedade cuja legitimidade deriva tanto da noção de *descoberta* quanto da branquitude, além da exploração da força de trabalho africana e indígena. Em uma época na qual as fronteiras não eram definidas pelo Estado-nação, a expansão colonial e o regime de propriedade que habilitaram a *plantation* desempenharam uma função ímpar na dominação branca e europeia do globo.

Com base nesse regime de propriedade, as terras americanas foram devastadas pela invasão colonial europeia, que nelas suprimiu a diversidade da floresta para dar lugar à monotonia letal da monocultura. As reivindicações dos povos indígenas foram, sempre que possível, silenciadas pela diplomacia do arcabuz, enquanto novos contingentes populacionais eram forçosamente sequestrados de África para trabalhar em canaviais nem sempre tão felizes quanto aquele pintado por Francisco Brennand.

O espraiamento da *plantation* nesse momento histórico está umbilicalmente ligado à gênese do sistema-mundo capitalista, como demonstraram Murphy e Schroering (2020). Os autores retomam contribuições clássicas da teoria sociológica da *plantation* ao argumentar que essa é uma instituição capitalista desde o princípio. A *plantation* é responsável por expandir as fronteiras de acumulação do capital, incorporar novos contingentes de trabalhadores e submeter esses sujeitos a uma disciplina de trabalho rigidamente orientada pelos imperativos da produção, tudo isso em consonância com o mercado mundial capitalista, com o qual mantém uma relação de interdependência (Mintz, 2010).

Assim sendo, a *plantation* está no centro de um tipo de divisão internacional do trabalho responsável por marginalizar as regiões que compõem o elo débil da relação

colonial. Dessa tensão com o centro, a periferia do sistema-mundo resta subdesenvolvida, dependente e mais vulnerável às mudanças climáticas, que lhe aumentam a pauperização e a desigualdade em relação aos países do Norte global. O fato de que as nações do Sul global são as mais duramente afetadas por eventos climáticos extremos é amplamente reconhecido e evocado por Murphy e Schroering quando os autores estudam o caso do Haiti. Eles afirmam que, “como instituição constituída por e constituinte do moderno sistema-mundo, baseado no deslocamento e na dominação racial e colonial multiespécies, a plantation direciona nossa atenção para a desigualdade socioecológica global” (2020, p. 408, tradução nossa), sublinhando o papel da *plantation* na produção das desigualdades globais.

## *Plantation* como paradigma ideológico

Após esmiuçar as facetas sociais e geopolíticas da *plantation*, Wolford (2021) se dedica a analisar o modo como esse sistema se tornou um ideal para pensarmos sobre a natureza. A *plantation* fornece um paradigma que inspira o modo como o Ocidente buscou colonizar a natureza: organizando e separando “racionalmente” lotes de terra com o objetivo de torná-los produtivos e rentáveis sob uma perspectiva mercadológica. A *plantation*, nesse sentido, representa um ideal de natureza domesticado, controlado, organizado a partir da inexorável racionalidade humana, a qual excepcionaliza nossa espécie e lhe confere a legitimidade de agir como demiurgo. A autora aduz:

Eu defendo que a plantation serve até os dias de hoje como o ideal para produção e governança organizadas, racionais e eficientes. Um certo ideal de paisagem controlada e produtiva leva à categorização de todas as outras terras (e pessoas) como “selva” (*jungle*). O privilégio de algumas paisagens sobre outras é um meio de alienar paisagens inteiras e trazer recursos para áreas que o mercado pode controlar (Wolford, 2021, p. 9, tradução nossa).

Kenneth Olwig, geógrafo especialista no estudo da paisagem, defende que o cercamento (parte constituinte de qualquer loteamento de terra, incluída aí a *plantation*) é uma forma de imprimir uma padronização euclidiana (2016, p. 25) ao mundo. A geometria euclidiana, continua, é fruto de uma construção mental e não encontra correspondência na realidade (“*the line has no width, the dot has no depth, no space, it does not exist*”), mas serve para fundamentar o “cercamento espacial da natureza”, o qual delimita não só acres de terra, mas sobretudo o exercício do poder de uma espécie – a humana – sobre as outras.

Contudo, o tipo de ser humano que exerce esse poder não é universal, mas historicamente específico. Isso porque a produção desse tipo de ordenamento racional da natureza é sobretudo fruto da modernidade europeia, e teve no homem branco o seu principal representante. Em sua obra, o antropólogo francês Bruno Latour (2020a) defende a tese de que a noção de modernidade foi construída sobre um substrato intelectual que produziu uma separação artificial entre homem e natureza. Os pensadores da Idade Moderna, como Descartes, Bacon e Kant, produziram um arcabouço teórico que separa e hierarquiza corpo e mente, homem e natureza, trabalho intelectual e trabalho físico. Essas divisões arbitrárias são o fundamento da ciência moderna, pautada na observação dos fenômenos naturais como objetos totalmente desassociados da experiência humana do cientista. Nesse esquema, são desconsideradas a corporalidade, a poética e a subjetividade do pesquisador, bem como as complexas relações entre indivíduos e meio natural. Nessa perspectiva, tudo que não é humano é natureza e, portanto, passível de ser estudado, medido, catalogado: uma natureza-objeto, apática, distante, que não desperta paixões.

A ciência moderna, munida do inesgotável arsenal da racionalidade, cumpriu um papel-chave na estruturação do ideal da *plantation*. Stuart McCook (2002), a partir de um estudo sobre a formação do Estado nacional no Caribe oitocentista, demonstra como o controle da natureza por meio da ciência consolidou o poder das elites terratenentes, inseriu as economias dependentes no circuito mercantil internacional de forma subordinada e, por fim, tornou o meio natural uma simples fonte de recur-

sos, eternamente disponível para os desígnios libidinosos do progresso. Essa operação habilitou a *plantation* em uma nova era pós-colonial e a tornou o modelo agrícola que hoje domina a produção em larga escala de todos os gêneros mais consumidos pelo mundo (Wolford, 2021, p. 8).

Falar em *Plantationoceno*, assim, necessariamente evoca as dinâmicas coloniais de diferenciação racial, inferiorização cultural e expropriação de trabalho racializado. Implica ter em mente os aspectos da *plantation* que estruturam a formação do mundo moderno: seu papel no deslocamento e na sociabilidade de comunidades humanas, na conformação de um sistema-mundo capitalista, na cristalização de um ideal de natureza-objeto passível de ser organizado pela racionalidade humana. O uso do termo em detrimento de outros, como Antropoceno, não implica uma substituição cabal, pois os conceitos não são intercambiáveis. O emprego de determinado radical ao qual acoplamos o sufixo *ceno* não sinaliza a rejeição dos demais, mas sim um novo enfoque analítico sobre o qual é possível se debruçar. Empregar o termo *Plantationoceno*, então, é uma opção política que, longe de derogar outros termos válidos, transparece a preocupação com a historicidade, a colonialidade e a racialidade das origens do colapso ambiental de nossa era, que podem ser remontadas à origem do sistema de *plantation*.

## POTÊNCIAS E LIMITES DO MUSEU-*PLANTATION*

No início do século XX, a matrona Maria da Conceição do Rego Barros de Lacerda, única herdeira de uma rica família da açucarocracia pernambucana, adotou seu sobrinho, Ricardo Lacerda de Almeida Brennand, por ocasião do desaparecimento de seu pai. O garoto tornou-se, de supetão, legatário do Engenho Santos Cosme e Damião, tradicionalíssima propriedade às margens do Rio Capibaribe, na Várzea recifense. Àquela altura, o engenho já havia se transfigurado em usina, mas preservava a estrutura da *plantation* como espaço monocultor. Vizinhas ao Cosme e Damião eram as propriedades dos engenhos São Francisco e São João, vetustos redutos da elite local

que já pertenceram aos líderes da Insurreição Pernambucana André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. A propriedade, vê-se, localiza-se em uma região histórica de monocultura de cana, simbólica para a narrativa oficial de Pernambuco.

Com o avançar do século XX, a usina foi desativada e transformada em indústria de telhas e tijolos. A Cerâmica São João, cujo nome presta homenagem ao engenho de João Fernandes Vieira, entrou em operação em 1917, mas foi desativada na década de 1940. Nos galpões abandonados dessa fábrica instala-se Francisco Brennand, filho de Ricardo, em 1971. Reformados, os galpões passaram a abrigar a oficina de arte de Francisco, que começou a povoar a propriedade com suas obras de arte, ilustrando em cerâmica personagens mitológicos e históricos, humanos e mais-que-humanos. O que nasceu como um ateliê passou a funcionar, com o passar do tempo, como um museu, dada a curiosidade da comunidade externa – sobretudo de turistas – em vislumbrar a obra onírica de Brennand. Gradativamente, e de maneira ainda rudimentar, foram arregimentadas algumas características da instituição museal, como uma bilheteria e uma equipe de arte-educadores. Já perto do fim da vida, em 2019, Brennand oficializou o estatuto jurídico de sua oficina como um museu, ao criar o Instituto Oficina Cerâmica Francisco Brennand. Do solo curtido pela venenosa monocultura de cana-de-açúcar, das paredes da velha fábrica tomadas pelas ervas, das mãos dos oleiros e do pensamento de Francisco Brennand, nasceu este museu-*plantation*.

A referência a uma categoria como a de museu-*plantation* pode sobressaltar os mais puristas. Perguntariam que tem a ver o Museu, respeitada instituição cultural com M maiúsculo, com a devastação ambiental e social disparada pela *plantation*. Ao que se lhes responderia que os territórios têm memória e que o território da Oficina é atravessado pelas marcas da *plantation*. Aqui, entendemos território como o espaço delimitado e constituído por relações de poder, as quais podem ser exercidas por indivíduos, grupos privados ou pelo próprio Estado.

O vestígio mais conspícuo da *plantation* no museu se trata da sua própria constituição enquanto território. Os compartimentos geográficos e políticos nos quais a Oficina se insere – propriedade Santos Cosme e Damião, bairro da Várzea, cidade do Recife,

Zona da Mata, Estado de Pernambuco – são meios de dividir e organizar o espaço a partir de uma perspectiva colonial tributária da invasão portuguesa na América. A operação-chave da *plantation* é o que institui o território: a expulsão de comunidades tradicionais, bem como da diversidade da floresta, para dar lugar a uma formação territorial alienígena, exógena, monocultora. Esses deslocamentos são provocados pelas divisões espaciais que Abiniel Nascimento, pesquisador indígena, chama de “ficções coloniais”: os bairros, as cidades e as propriedades, os quais instituem a ordem socioespacial da *plantation* à revelia dos povos originários da terra. O regime de propriedade colonial foi o que conferiu aos antepassados de Francisco Brennand poder sobre a mata. A Oficina Brennand se assenta, sob essa ótica, em um território forjado pela colonização.

Esses traços do museu, contudo, ainda não são suficientes para justificar a categorização, afinal, o território brasileiro como um todo foi ordenado pela empresa colonial. Acrescente-se a eles, então, um elemento fundamental para essa conceituação: a narrativa urdida pela obra brennandiana, exposta em cada centímetro da Oficina. A produção do artista, sobremaneira influenciada pela conformação territorial e histórica do espaço em que foi feita, reproduz uma série de mitos coloniais e concepções antropocêntricas da natureza. Vamos, então, dedicar-nos a analisar esses elementos.

O visitante que chega à instituição é recebido com um obelisco de pedra antes mesmo de passar pela bilheteria. Os mais desatentos talvez não o percebam, mas as lajotas adjacentes a cada um dos lados desse monumento exibem o nome de líderes da Insurreição Pernambucana (1845-1854). André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Henrique Dias e Filipe Camarão são homenageados em um pilar que recebe os visitantes do museu prestando continência a históricos proprietários de engenhos da Várzea do Capibaribe. Esses personagens foram comandantes da guerra que expulsou os holandeses de Pernambuco e restabeleceu a ordem colonial portuguesa. Todos eles ocupam um lugar central na narrativa histórica oficial do estado, que localiza na Insurreição o evento fundador de uma identidade pernambucana, à qual é atribuído um patriotismo antineerlandês. Para a graça dessa narrativa oficial, Henrique Dias e Filipe Camarão faziam parte de minorias étnicas – o primeiro era negro; o segundo, indígena. Sua aliança

com os brancos terratenentes foi, por muito tempo, apresentada como um símbolo da harmonia racial em Pernambuco, a fim de elidir a violência que mediava as relações interracialis no mundo colonial. Fernandes Vieira é, ainda, objeto de mais uma homenagem do artista, que lhe rende uma escultura de soldado em um pátio próximo ao obelisco. Abaixo da obra, um mural homenageia Vieira como “senhor dos velhos engenhos da Várzea e patriota inigualável”. A Oficina Francisco Brennand, dessa forma, crava logo em sua entrada o símbolo de uma versão colonial da história de Pernambuco, que celebra a colonização portuguesa e, com isso, toda a estrutura perversa da *plantation*.

Adentremos o museu-*plantation*. A nave primordial do espaço, que abriga o Templo Central, é ladeada por uma portentosa muralha coberta por azulejos. É a Muralha Mãe Terra. Empoleiradas no alto, estátuas de Pássaros Rocca, que Brennand via como guardiões da Oficina. No chão, tartarugas, serpentes e lagartos. A fauna ovípara do mestre ceramista povoa diversos espaços do museu, impávida e vitrificada. São como os dioramas dos museus de história natural, que Donna Haraway classificou como histórias (*stories*) em que os animais são “atores da peça moral no palco da natureza, cujo órgão fundamental é o olho [do espectador]” (1984, p. 24). Os animais em cerâmica são, logo, representações idealizadas da natureza, produtos da cultura feitos ainda com base na separação entre o que é humano e o que é natural. No lugar da fauna viva da floresta que o rodeia, o museu apresenta uma imagem artificial dos bichos. A esse aspecto podemos relacionar o pensamento de Anna Tsing, quando a autora afirma que, para ela, o termo *Plantationocene* evoca uma imagem de deslocamento das populações de animais que se veem expulsos da floresta por ocasião do avanço da monocultura. Como a *plantation* visualizada por Tsing, o museu-*plantation* cerca a floresta e expulsa os animais, preservando, do lado de dentro dos muros, uma versão idealizada e petrificada da natureza.

Do outro lado do caminho de paralelepípedos que ladeia o galpão central do museu, um mural cerâmico como tantos outros. Francisco Brennand ornou seu ateliê com diversos desses murais, cada um com dizeres que remetem ao cabedal intelectual do artista. Frases de Jorge Luis Borges, Joseph Conrad, Ariano Suassuna e muitos outros fornecem um vislumbre do pensamento do artista e abrem caminho para a interpretação de suas intenções ao erigir

as obras. Sob essa perspectiva, o mural com que o visitante se depara ao cruzar a estrada de paralelepípedos é um como outro qualquer. Mas, para os fins de nossa investigação, é um mural como ele só. A começar pelo título: “Arca de Noé”. De autoria do poeta pernambucano Marcus Accioly, o mural é um elogio à potência criadora de Francisco Brennand diante do colapso ecológico global. Diz Accioly que “foi você, amigo Francisco, irmão Francisco, [...] que construiu uma Arca de Noé, às margens do Capibaribe, para, com ela, avançar contra o mar do nosso dilúvio e o vento do nosso incêndio – até as sete cores de arco-íris”. O poeta derrama loas apaixonadas ao artista, louvado por congregar muitas mãos “como uma ciranda gigantesca em derredor da salvação do mundo, ou da ‘sobrevivência’ do planeta”. Brennand aparece como um patriarca bíblico numa narrativa épica, imbuído de uma missão civilizatória: salvar a humanidade do dilúvio a partir da construção de uma arca-nave-Oficina. O dilúvio é o destino inexorável; cabe ao artista, com suas capacidades criativas “para além do espaço humano e sob a sombra de Deus”, criar uma arca para *fugir* do desastre, levando consigo os espécimes eleitos (os dioramas de pedra, talvez?).

A leitura dessas frases nos remete imediatamente à obra de Malcom Ferdinand. Ao analisar a dupla fratura colonial e ambiental, o martinicano se demora na investigação sobre os limites do movimento ambientalista global, que não pauta suas lutas em conjunto com um programa antirracista e anticolonial. Para fazê-lo, emprega a expressão “ecologia da arca de Noé”. Ou seja: o discurso ambientalista surgido nos anos 1960 e 1970 é uma *recusa* do mundo, pois seu tom alarmista aponta, cada vez mais, para o esgotamento das possibilidades. Em suma, é um discurso que nega o mundo porque afirma que ele vai acabar – e não há nada que possamos fazer. Nesse contexto, a alternativa seria uma “política do embarque” dos eleitos na arca, recusando-se a *viver junto* com o Outro, com a multiplicidade de formas de vida e de sociabilidade que habitam a Terra. O autor explica:

Apagando os sujeitos, essa ecologia da arca de Noé erige um sujeito global, “o Homem” ou “a humanidade”. Pelo embarque, os sujeitos são deixados à margem e dá-se origem à humanidade. [...] Anunciando o universal em suas pretensões globais, esse ator permanece, entretanto, muito específico. Ele é

emitido a partir de um centro particular, o dos países do Norte, ex-colonizadores, e majoritariamente por homens. A arca de Noé também não anuncia o fim dos sujeitos, e sim a imposição de um sujeito, de uma identidade particular sobre os demais sujeitos: a de Noé, o patriarca, pai e representante julgado legítimo pelos habitantes da Terra (2022, p. 103).

A partir da imposição de um sujeito tido como universal, essa ecologia da arca de Noé suprime a diversidade e apresenta como solução, diante do colapso ecológico, a recusa do mundo como condição para o embarque. Ora, as relações entre a teoria de Ferdinand e o mural de Accioly são patentes. Na visão do poeta, Francisco Brennand assume as vezes desse sujeito universal, velho patriarca que propõe uma política de embarque como solução para o *Plantationocene*. O ambientalismo da obra brennandiana é sempre perpassado por essa limitação estrutural criticada por Ferdinand. Em uma obra ilustrativa desse caráter, *Teorema*, o artista constrói um painel em que a Terra, representada por uma esfera rodeada por espinhos, aponta uma flecha contra uma figura humana com uma corda no pescoço. Brennand pensou nessa configuração depois de entrar em contato com a hipótese de Gaia, proposta por James Lovelock, segundo a qual a Terra compõe um grande sistema integrado, vivo, de processos biogeoquímicos. A partir daí, intitulou-se “militante da sobrevivência” (Folha de S. Paulo, 20/01/2008). Sua militância, contudo – ao menos aquela que pode ser destacada pela análise de sua obra –, carrega no horizonte as mesmas ideias de recusa do mundo que Ferdinand trabalha em seu livro. Afinal, na obra brennandiana, o sujeito humano universal, esse Noé, já está irremediavelmente amarrado pela corda de cânhamo do apocalipse ecológico.

Fora da Oficina, a obra de Brennand permeia a cidade do Recife. Um dos cartões-postais mais emblemáticos da capital, a Torre de Cristal, é uma escultura localizada no coração do centro histórico e foi projetada pelo artista. Esse trabalho foi inaugurado no ano de 1999, como uma homenagem aos 500 anos do dito “descobrimento” do Brasil (Brito Neto, 2018). A inauguração de um monumento imponente como esse se inseriu no contexto de produção de uma narrativa cordial sobre o encontro colonial, por meio de uma visão elogiosa

da invasão portuguesa. Da mesma forma, o mural cerâmico mais importante da carreira de Brennand, *Batalha dos Guararapes*, derrama loas ao episódio derradeiro da guerra de expulsão dos holandeses. Novamente, transparece o elogio da história oficial de Pernambuco, de sua elite e de sua ordem social, em diálogo com o obelisco dos quatro líderes.

Ainda que estejam localizadas fora do território da instituição, essas obras se relacionam intimamente com ela. Afinal, a Oficina Francisco Brennand é um museu monográfico, fundado por um artista e dedicado à preservação e à difusão de sua obra. Funciona como um eixo central da narrativa engendrada por Francisco Brennand, como a quilha de um navio montado com as peças da monocultura, da remoção de populações, do ideal de natureza enquanto mero objeto.

No entanto, a sua narrativa museal não se limita às marcas da *plantation*. Afirmá-lo seria reducionista, no mínimo. A Oficina, desde que se consolidou enquanto uma instituição museal, vem montando uma narrativa que ajuda a questionar a condição de museu-*plantation* e pluralizar as perspectivas para além da monocultura. Exemplo disso é, evidentemente, o próprio projeto em cujo escopo este trabalho se insere. *Artes, Museus e Antropoceno* é uma iniciativa de pesquisa que procura investigar qual o papel do museu frente ao contexto de crise ecológica. Por meio dela, a Oficina se propõe a pensar e repensar o fim do mundo, o colapso ambiental e social, e qual é o papel do museu diante desse quadro de descabro. Ao longo da vigência dessa empreitada, a equipe de Educação e Pesquisa da instituição promoveu encontros públicos, palestras, visitas guiadas com temas especiais (uma das quais foi guiada pela pesquisadora Suzan Araújo, que abordou as interseções entre natureza e gênero na obra de Brennand). Com esse projeto, a Oficina se lançou à vanguarda da pesquisa museal, lidando com um tema candente, sem receio de abordar aspectos incômodos. Acima de tudo, contribuiu para a formação de uma nova geração de pesquisadores atentos à urgência da questão ambiental, que, ao fim e ao cabo, é a questão derradeira de nosso tempo. Talvez o papel do museu seja mesmo o de incentivar a discussão sobre esse tema, promover encontros públicos e produzir conhecimento.

## ATEAR FOGO AO CANAVIAL

Voltemos à alegria do *Canavial*. À luz do exposto, já reunimos as ferramentas necessárias para pôr em suspeição o brilho festeiro desse mural. A forma como Francisco Brennand retrata a cana-de-açúcar em sua obra é laudatória. Alinhado com o resto da obra que elogia a colonização e a monocultura – grande parte exposta no nosso museu-*plantation* –, o *Canavial* quer mostrar a *plantation* de cana como uma festa. Vimos como a Oficina Francisco Brennand carrega as marcas desse sistema, tanto na constituição do território quanto no acervo.

O museu-*plantation*, porém, não é inerte. Mesmo aterrado em um território de memória colonial, com forte presença de uma narrativa elogiosa da monocultura, a Oficina Francisco Brennand é capaz de esboçar uma contranarrativa. Com isso, a instituição demonstra que a categoria de museu-*plantation* – como, aliás, todas as outras – não é absoluta, mas histórica e, portanto, passível de transformação. E talvez devêssemos pensar se essa transformação não implica atear fogo ao imaginário do canavial.

Vale lembrar, contudo, que essa categoria ainda é incipiente. Neste trabalho, busquei pensar de que maneiras a história da *plantation* se reflete na atual Oficina Francisco Brennand, e esse esforço me levou a uma primeira teorização do conceito. Não pretendo, de maneira alguma, esgotá-lo ou consolidá-lo. Pelo contrário: proponho uma nova discussão para o campo da museologia, que orbita ao redor de uma característica fundamental ainda pouco explorada pela área no Nordeste: de que maneira a experiência histórica da *plantation* condicionou a fundação de museus na região canavieira? Até que ponto a categoria de museu-*plantation* é válida para outros museus, para além da Oficina Francisco Brennand e para além da própria zona da cana? São perguntas imensas, interessantíssimas, que não cabem no escopo deste trabalho, mas que podem suscitar novas e instigantes contribuições para a museologia.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Inácio de Loyola. *Grupo Cornélio Brennand: os primeiros 100 anos*.

1º ed. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2016.

BRITO NETO, José Bezerra de. A “Piroca de Francisco Brennand”: Política e Censura no Projeto “Torre - Farol”. *Anais do XXXVIII Congresso do CBHA*, 2018. Disponível em:

<http://www.cbha.art.br/coloquios/2018/anais/pdfs/01%20Jose%20Bererra%20Brito.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17-18, mai. 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>.

Acesso em: 22 dez. 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. 1º ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil* (Pernambuco, século XX). 1º ed. Recife: Editora UFPE, 2020.

HARAWAY, Donna et al. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, vol. 6, 2015, pp. 159-165. Disponível em:

<https://environmentalhumanities.org/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HARAWAY, Donna. Teddy Bear Patriarchy: Taxidermy in the Garden of Eden, New York City, 1908-1936. *Social Text*, n. 11, Winter, 1984-1985, pp. 20-64. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/466593>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HARAWAY, Donna; TSING, Anna. Reflections on the Plantationocene. *Edge Effects Magazine*, jun. 2019. Disponível em: [https://edgeeffects.net/wp-content/uploads/2019/06/PlantationoceneReflections\\_Haraway\\_Tsing.pdf](https://edgeeffects.net/wp-content/uploads/2019/06/PlantationoceneReflections_Haraway_Tsing.pdf). Acesso em: 18 dez. 2022.

LATOUR, Bruno et al. Anthropologists Are Talking - About Capitalism, Ecology, and Apocalypse. *Ethnos*, v. 83, n. 3, pp. 587-606. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141844.2018.1457703>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. 1ª ed. São Paulo: Ubu, 2020.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MCCOOK, Stuart. *States of Nature: Science, Agriculture, and Environment in the Spanish Caribbean, 1760-1940*. 1ª ed. Austin: University of Texas Press, 2002.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. 2ª ed. Recife: Editora da UFPE, 2010.

MOORE, Jason. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MURPHY, Michael; SCHROERING, Caitlin. Refiguring the Plantationocene: Racial Capitalism, World-Systems Analysis, and Global Socioecological Transformation. *Journal of World-Systems Research*, v. 26, n. 2, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2020.983>. Acesso em: 20 dez. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, 117-142.

WOLFORD, Wendy. The Plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory. *Annals of the American Association of Geographers*, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1850231>. Acesso em: 20 dez. 2022.





## MANTENEDOR

---



GrupoCornélioBrennard

## PATROCÍNIO

---



## PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

---



## REALIZAÇÃO

---

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

